

MANUEL VILLAYERDE CABRAL (*)

A ÉTICA DOS ESTUDOS CAMPONESES:
NOTAS BREVES PARA UMA REFLEXÃO SOBRE
O CAMPEPINATO E O SEU «FUTURO» EM PORTUGAL

A memória de Andrew Pearse

«Adentro do meu mister, sou um profissional, no sentido superior que o termo tem; isto é, sou um trabalhador científico, que a si não permite que tenha opiniões estranhas à especialização... a que se entrega»

Fernando Pessoa

O enunciado inicial do nosso Colóquio — que perguntava: «Que futuro para a pequena agricultura?» — merece, creio, alguns reparos. Mais precisamente, pode servir de pretexto para uma reflexão não só de ordem semântica, mas também epistemológica e metodológica, bem ainda como substantiva, subordinada ao tema geral, cuja obscuridade espero que se irá desfazendo daqui até ao fim do presente texto, da ética dos estudos camponeses.

O primeiro reparo diz respeito à noção de «pequena agricultura». Com efeito, esta noção diz-nos pouco sobre o objecto real das nossas preocupações; na verdade, corre até o risco de o tornar ainda mais opaco do que é realmente. Tal noção corresponde a refugiar-se numa dimensão puramente quantitativa, para mais de índole essencialmente comparativa, já que «pequeno» nada tem de absoluto; nem sequer postula uma única unidade de medida: trata-se da área da exploração agrícola? do volume do produto? do pessoal abrangido pelas operações produtivas e não-produtivas?

(*) Gabinete de Investigações Sociais. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Em boa verdade, o intitulado do nosso Colóquio foge à necessidade, premente a todos os títulos da investigação, de enfrentar a natureza social e económica do objecto em análise, bem como a sua componente cultural no sentido forte da palavra, isto é, apontando para as manifestações políticas, ideológicas (até eleitorais) e simbólicas do complexo social e económico em causa. Só para dar um exemplo, «pequena» na sua dimensão territorial a exploração camponesa é, entre nós, importante no que respeita ao «produto agrícola, e é «grande», imperial mesmo, no que respeita ao modo como tem determinado e determina ainda a economia política do país, bem como a sua feição cultural.

Por outro lado, a alusão ao «futuro» contida no intitulado inicial do nosso Colóquio levanta por seu turno problemas a que podemos dar já um conteúdo deontológico, ético. Com efeito, não há modo de pensar o «futuro da pequena agricultura» sem esclarecer, previamente, qual o *ponto de vista* em que se coloca o observador. Nesta instância, não é demais recordar as ásperas prevenções dirigidas há tempos por Bourdieu contra a tentação de continuar a considerar, cientificamente falando, o campesinato como uma «classe objet» ⁽¹⁾.

Uma abordagem do «futuro» da agricultura portuguesa do ponto de vista da chamada economia nacional — considerada isoladamente ou na perspectiva da integração europeia, tanto faz — é, eu diria liminarmente, estranho ao ponto de vista científico, reforçado nesta instância pela iluminação de toda a antropologia das últimas décadas. Nesta instância, sugiro que a *compreensão*, quase no sentido de *empatia* que se pode dar à *Verstehen* weberiana sem forçar demasiado as coisas, relativamente ao «objecto», é inseparável da sua epistemologia e da sua metodologia.

Não se trata de negar que é possível — e porventura necessário, para certos agentes — pensar o «futuro» em termos da economia nacional... Trata-se, sim, de avisar contra uma prejudicial confusão de géneros que ao Colóquio conviria evitar, se pretende, como julgo que deve fazê-lo, inserir-se na problemática moderna dos estudos camponeses.

Prosseguindo ainda nesta senda, convém esclarecer desde já que, ao invocarmos a necessidade de colocarmos a *empatia-Verstehen* no centro epistemológico dos estudos camponeses, não estamos a abrir mão a qualquer espécie de populismo, antes pelo contrário. Só para os cientistas sociais é que o

⁽¹⁾ Pierre Bourdieu, «Une classe objet», *Actes de la Recherche*, n.º 17-18, Novembro de 1977, pp. 2-5.

campesinato é *povo*; para ele, o sentimento de ser o *underdog* (Shanin) da nossa sociedade transformou-se, precisamente, em mais um incentivo para abandonar a agricultura e, por vezes, a própria colectividade rural...

Com efeito, os estudos camponeses em Portugal enfrentam presentemente a necessidade de navegar entre a ideologia da modernização e a ideologia conservacionista, neo-folclórica, que desde o Verão de 1975 se abateu igualmente sobre nós e de que as páginas dos jornais diários e o *écran* da televisão estão cheios a transbordar — neo-folclorismo ao qual certos investigadores não têm também deixado de dar o seu estranho contributo ao procurarem «frigorificar» o mundo rural nas suas alegadas tradições; neo-folclorismo, enfim, que não deixa de fornecer fundamento a operações puramente eleitorais de captação do voto rural...

Não se pretende, pois, abrir caminho nem à ideia de que *small is beautiful*, nem muito menos àquele discurso, tão frequente da esquerda ideológica, que reivindica simultaneamente a modernização da agricultura e a conservação dos agricultores que não podem ou não querem modernizar-se. O populismo, inclusive na sua variante neo-folclórica, consiste de algum modo em amar os camponeses quando são pobres e em odiá-los quando saem da miséria. A nós interessam-nos tão somente as causas e consequências da miséria, as causas e consequências da prosperidade; numa palavra, interessam-nos tão só as estratégias do campesinato face, por um lado, às suas próprias aspirações, e por outro lado, face ao mercado e à sociedade urbano-industrial, cientes de que as primeiras se não desligam dos últimos.

Só há, a meu ver, uma maneira de evitar as várias formas do populismo, que nada têm a ver com uma sociologia mais empática ainda do que compreensiva: é recusarmo-nos, enquanto cientistas sociais, a inserir-nos de que modo seja nos processos de *policy and decision making*; ou pelo menos, recusarmo-nos a invocar a ciência social quando nos envolvermos em tais processos. Afinal, o que Weber sugeria. Porquanto os processos de *policy and decision making* estão sempre presentes, ainda que de maneira latente, em toda a consideração do «futuro» de qualquer sector social.

A sociologia empática pode, e deve, apontar futuros para as formações sociais, em função das estratégias convergentes e contraditórias dos vários «sectores sociais» em presença. Não pode, porém, ignorar que o ponto de vista da economia nacional nada tem de neutro: por detrás dele está um estrato social com interesses e valores próprios, para além de divergências ideológicas e programáticas decorrentes dos projectos

das classes e grupos a que uns e outros dos seus membros estejam mais ligados, estrato este composto de políticos, altos funcionários, burocratas e técnicos (economistas, agrónomos, «extensores rurais», etc.), cujo papel é, precisamente, gerir a chamada economia nacional, isto é, certos dos seus macro-equilíbrios.

Ora, perante os processos de *policy and decision making*, acumularam já os estudos camponeses uma excelente literatura crítica quanto às consequências de tais processos para os campesinatos do mundo inteiro — literatura de que quero neste momento recordar a obra do malogrado Andrew Pearse ⁽²⁾. Um dos exemplos simultaneamente mais lúcidos e mais tocantes desta literatura crítica é, porventura, o texto de Gavin Williams, significativamente intitulado *Taking the part of the peasant* ⁽³⁾, onde o autor, aliás na esteira de um livro célebre de Ester Boserup ⁽⁴⁾, nos dá a ver como grande parte de tais processos pura e simplesmente fracassa, perante a impossibilidade congénita dos seus autores para contemplarem os mecanismos reais de funcionamento da economia e da sociedade camponesas, se quisermos mesmo do modo de produção camponês, no sentido que lhe empresta Jerzy Tepicht ⁽⁵⁾.

Sem qualquer espécie de populismo — «il s'agit de ne flatter personne, pas même le peuple», dizia Stendhal — a consigna para os modernos estudos camponeses só pode ser esta: *Taking the part of the peasant*: não tanto «pôr-se ao lado do camponês», mas sobretudo colocar-se *do seu ponto de vista*...

...Como Tchayanov, que isso pagou com a própria vida: isto é, colocar-se do ponto de vista da economia camponesa. O que equivale a dizer que falar em «pequena agricultura» é o mesmo que não falar em nada, se não tomarmos a medida da economia camponesa em Portugal, ou seja, a sua dimensão económica, a sua projecção social e cultural, a sua transformação e a sua adaptação — adaptação não só às estruturas, como ainda, e sobretudo, à presente conjuntura de um capita-

⁽²⁾ A. Pearse, *The Latin American Peasant*, Londres, 1975, *The seeds of plenty*, 1981.

⁽³⁾ G. Williams, «Taking the part of the peasant», in I. Wallerstein e P. W. Gutkind, *The political economy of contemporary Africa*, Sage, 1975.

⁽⁴⁾ E. Boserup, *Evolution agraire et pression démographique* (trad. do inglês *The conditions of agricultural growth*), Paris, 1970.

⁽⁵⁾ J. Tepicht, *Marxisme et agriculture; le paysan polonais*, Paris, 1971.

lismo que, para ela, não é nacional, mas no mínimo europeu e, na verdade, mundial.

Do ponto de vista da chamada economia nacional, e dada a improbabilidade post-revolucionária de uma alteração radical do *statu quo* societal do país, o «futuro» da agricultura portuguesa é a Espanha, como o «futuro» da Espanha é a França e o da França a Holanda... Isto é, do ponto de vista dos grandes equilíbrios macro-económicos, não há razão para pensar que o «modelo» da Europa ocidental, ao qual Portugal não pertence apenas geo-politicamente, mas também ecológica e societalmente, deixasse subitamente de ser acompanhado, como foi até aqui, embora com apreciáveis diferenças de ritmo, pelo «modelo» português. Eis, pois, uma resposta simples a uma pergunta complicada e, porventura, falsa ou, pelo menos, mal feita: aí temos o facto, recentemente apurado pela minha colega Aida Valadas de Lima, num trabalho ainda inédito, de Portugal apresentar na escala da agro-industrialização o índice 0,3 a 0,4 contra 0,6 para a Espanha e 0,8 para a França.

Agro-industrialização, claro, não é mais do que um dos apelidos tecnocráticos para aquilo a que Tchayanov, há perto de 60 anos, dera o nome de integração ou concentração vertical da economia camponesa nas relações capitalistas dominantes, em detrimento do prognóstico marxista da concentração horizontal e da polarização de classes em capitalistas e assalariados na agricultura. Os dois procesos — concentração vertical e concentração horizontal — não são, quanto a mim, nem complementares nem meramente alternativos, como pretende Galeski, tentando a salvar a face do marxismo aqui desmentido pelos factos ^(*). São processos *diferentes*, falam de realidades diferentes e apontam para conclusões diferentes.

A linearidade do modelo euro-ocidental sofre, porém, inúmeras e enormes complicações. São estas, evidentemente, que nos interessam, de outro modo bastar-nos-ia traduzir os livros estrangeiros... Embora os números de que dispomos, em matéria de macro-economia agrária, sejam antiquíssimos e embora, parafraseando o poeta em epígrafe, eu nada do que o I. N. E. diga acredito, um indicador óbvio da dimensão camponesa da agricultura portuguesa é a sua baixíssima taxa de «formação bruta de capital fixo» (doravante designada FBCF) — cerca de metade, em 1970, do primeiro país europeu acima de Portugal.

(*) Boguslaw Galeski, *Sociologia del campesinato* (trad. do inglês *Basic Concepts of Rural Sociology*), Barcelona, 1977.

É certo que, há algumas décadas, esta baixa taxa de FBCF decorria sem dúvida, também, da polarização social agrária extrema entre uma burguesia latifundiária que não pretendia investir e uma massa camponesa tão empobrecida que, ainda que o quisesse, dificilmente poderia investir. Hoje, porém, é difícil explicar do mesmo modo valores continuamente tão baixos. A provável subida, embora lenta e comparativamente insuficiente, da taxa aparente de FBCF na agricultura portuguesa em tempos mais recentes não deixa de traduzir, mais uma vez, uma evolução paralela à do modelo euro-ocidental, no sentido de uma crescente submissão da economia camponesa, através de uma maior substituição de terra e trabalho (susceptíveis de intensificação interna dos recursos da exploração) por capital (intensidade externa I do esquema tepichtiano).

Porém, o desvio em relação ao modelo euro-ocidental é, hoje, mais do que um simples atraso a colmatar em devido tempo. De algum modo, o «devido tempo» nunca chegará, pois a baixa taxa de FBCF que a agricultura portuguesa continua a apresentar, apesar da consolidação do seu núcleo central familiar (por oposição à polarização entre patrões e proletários), é iluminada por outro indicador. Assim como a taxa de FBCF é a *mais baixa* da Europa, a importância das remessas dos emigrantes relativamente ao produto agrícola bruto (PAB) é a *mais alta* da Europa e, provavelmente, do mundo inteiro, ultrapassando actualmente de muito as remessas o valor do PAB!

Trata-se de uma complementaridade que, embora funcional para certos equilíbrios macro-económicos de que se ocupam os *policy makers*, nomeadamente a balança de pagamentos, não passa pela gestão da economia nacional, mas obedece, sim, à lógica das estratégias familiares do campesinato português. Funcionais como são, há mais de um século pelo menos, para o esponjamento do défice da balança comercial e, indirectamente, do próprio défice orçamental, as remessas dos emigrantes são outros tantos desincentivos à alteração radical da extroversão histórica das estruturas económicas e sociais do país. Muito terra a terra, a alta taxa de juro actualmente praticada, entre outras razões, para atrair as poupanças dos emigrantes, é claramente contraditória com o investimento produtivo das remessas, designadamente o investimento arriscado e pouco remunerador na agricultura.

Não esqueçamos, finalmente, que no próprio modelo euro-ocidental, nomeadamente em França, a superação da fraca propensão para o investimento produtivo, característica da economia camponesa, só foi eficazmente obtida pela sub-

venção da FBCF, pode dizer-se à *fonds perdus*, visto o endividamento agudo das explorações agrícolas familiares da Europa ocidental ter o carácter de uma moratória permanente de que beneficiam sobretudo as explorações ditas viáveis. Portanto, a FBCF não resulta tanto do investimento de fundos próprios, acumulados no sector, como do crédito altamente bonificado de que os agricultores da Europa ocidental beneficiam, em grande parte por razões eleitorais sobejamente conhecidas; crédito ao qual se juntam as isenções fiscais, bem como o protecçãoismo interno à C.E.E.; tudo isto, como é de ver, «à custa» do resto da sociedade...

Todavia, o paralelismo linear do modelo euro-ocidental encontra-se, por assim dizer, prejudicado pelas estratégias familiares do campesinato português. No que respeita às estratégias patrimoniais, a rígida acção altista exercida sobre o fundiário pelas remessas dos emigrantes é um impedimento de tomo à re-estruturação fundiária (emparcelamento), exigida pela plena adopção de tal modelo. Disto testemunha já o vazio total em que caíram os projectos de crédito à aquisição de terras por parte de rendeiros, sobretudo pequenos rendeiros: a tal ponto que o jornal *A Terra*, próximo do PCP, depois de ter atacado acirradamente essa linha de crédito, lançada pelo governo Sá Carneiro, se desinteressou do assunto ao constatar o seu impacto nulo...

Porém, as estratégias familiares do campesinato português não são hoje apenas, nem essencialmente, patrimoniais. Curto-circuitando os ritmos do linearismo económico, o investimento das poupanças camponesas, emigrantes e residentes, vem-se dirigindo, de há anos a esta parte, no sentido claro de uma *saída da agricultura*, se não da presente geração — envelhecidíssima e, só por isso, pouco propensa à FBCF, de tal maneira que já lhe foi dado o nome de agricultura *residual*, termo este que só não é inteiramente pertinente porque pode ocultar o facto de toda a agricultura se apresentar, globalmente, como residual na formação social portuguesa — se não da presente geração, dizia eu, pelo menos da próxima.

Por outras palavras, na hora da sua modernização, o objecto das preocupações dos *policy makers* furta-se-lhes, abandonando o lugar onde eles, por assim dizer, o esperavam para finalmente lhe gritarem: a bolsa ou a vida! É exactamente como se aquela prosperidade mínima prévia a qualquer modernização se virasse, por artes de feitiço, contra a mesma modernização. Quem pretende saber qual será o «futuro da agricultura portuguesa», mais não tem do que deslocar-se às aldeias e perguntar aos agricultores o que andam já hoje a fazer os seus filhos em idade de trabalhar e o que ambicionam

eles para os filhos em tempos vindouros! Uma série de entrevistas feitas, aqui há tempos, junto de uma centena de caseiros do distrito do Porto, indicava que 80% dos filhos de agricultores em idade de o fazer haviam já abandonado o trabalho do campo. Pudera!, se 60% dos pais já apenas trabalhavam no campo a tempo parcial... Amostra insuficientemente representativa? Sem dúvida, mas não será ela indicativa?

Lembrando de algum modo aqueles índios do Brasil colonial que, segundo Pierre Clastres na sua *Sociedade contra o Estado*, se teriam «suicidado» enquanto comunidade ao enfrentarem-se com o problema da formação do Estado, o campesinato português optou já por «suicidar-se» enquanto agricultor na hora da sua modernização. E quando digo *optou* estou-lhe a atribuir o mesmo grau de autonomia que Clastres reconhece ao suicídio dos índios. Tanto mais que, felizmente para o campesinato português e, creio, para todos nós, o seu «suicídio» não corresponde nem a uma eliminação física nem, tão pouco, a um pioramento das suas condições de vida, antes pelo contrário.

Isto mesmo é indicado pela recente difusão da chamada agricultura a tempo parcial, aliás inteiramente compatível com o modelo euro-ocidental, no qual ela vem assumindo proporções cada vez mais vastas no conjunto de uma população activa agrícola em declínio. Segundo os dados do Inquérito permanente ao emprego do I.N.E., metodicamente trabalhados por Francisco C. Cordovil, de um total de 1.622.000 pessoas afectas aos trabalhos do campo em 1978, meio-milhão pelo menos apenas se lhe dedicava em regime parcial, isto é, 30% (¹). Se considerarmos não os indivíduos das estatísticas, mas os grupos domésticos afectos a uma exploração agrícola, à luz das teses recentes sobre as «famílias de classe», constata-se que, em certas regiões do país, a proporção de explorações agrícolas conduzidas em regime de *part time* ultrapassam os 50%, o que é aliás uma percentagem frequente na Europa ocidental (²).

Mas o que recobre, afinal, este novo termo de agricultura a tempo parcial? O que é ela senão a valorização das forças de trabalho marginais da família, para empregar a terminologia

(¹) Francisco Cabral Cordovil, Comunicação oral feita no seminário de Problemas Rurais do I.S.C.T.E.

(²) Cf. por exemplo: Eladio Arnalte Alegre, «Agricultura a tiempo parcial y transformaciones del campesinado», *Agricultura y Sociedad*, Madrid, n.º 17, Out.º-Dez.º de 1980, pp. 203-223; Miren Etxezarreta, «La Agricultura a tiempo parcial» (comentário ao anterior artigo no mesmo número da revista).

de Tepicht, aplicadas ao lote de terreno que porventura lhe coube em herança? Não representará o abandono, por parte dos cientistas sociais, mesmo os de inspiração marxista, da noção mais antiga de semi-proletarização para designar certas formas de aproveitamento das forças de trabalho não-transferíveis presentes no grupo doméstico, numa conjuntura tendencialmente favorável aos preços dos produtos alimentares e desfavorável à fixação de residência nos aglomerados urbanos, não representará tal abandono conceptual, dizia eu, o reconhecimento de que a presente consolidação da agricultura a tempo parcial não corresponde, nem em termos fenomenológicos, nem em termos estratégicos, a uma deterioração das condições de vida do campesinato, mas, ao invés, à sua melhoria relativa, bem como, mais uma vez, a um possível e desejado trampolim para a saída da agricultura a curto-médio prazo?

Só devido a um pernicioso inquinamento ideológico ruralista, que a esquerda parece agora ter tomado de empréstimo à direita tradicional, é que se pode ainda pensar a proletarização, o assalariamento, neste ocaso do século XX, como a *déchéance* ou a *destitution* do camponês, como em Marx e Lênin, há cem anos e mais atrás. Na sociedade do *cash-nexus* que é a nossa, a questão é meramente a da remuneração do trabalho. A agricultura a tempo parcial, correspondendo à maximização do rendimento indivisível do grupo doméstico, através da plena utilização das suas forças de trabalho essencialmente não-transferíveis, continua a denotar a incapacidade estrutural da agricultura — na «periferia» como no «centro» — para remunerar o trabalho de molde a satisfazer as presentes aspirações das famílias rurais.

O elemento dinâmico, que surge como inédito entre nós, reside no último termo da equação: *as aspirações*. Foram estas, antes de mais, que mudaram, puxando assim os agricultores não tanto *para fora*, como *para cima* da agricultura, onde o trabalho é melhor remunerado. Mais ainda do que a simples questão dos termos de troca entre a agricultura e o exterior, que mais não é do que um registo no tempo, o que está em causa é o longuíssimo processo histórico de formação dos preços agrícolas, confirmando mais uma vez que a agricultura é, por assim dizer, à escala nacional como à escala internacional, o *monopólio dos pobres*: não é tanto o enriquecimento dos agricultores que enriquece as nações, mas o enriquecimento das nações que faz desaparecer os agricultores.

Mais substantivamente, o citado Inquérito permanente ao emprego fornece-nos outros dados a merecer comentário. É certo, por um lado, que os critérios em revolução constante dos serviços do I.N.E. tornaram as comparações ainda mais

difíceis do que costumavam ser; mas, por outro lado, ao darem actualmente conta da massa enorme de trabalho parcial que a agricultura *sempre* consumiu, os dados do Inquérito do I.N.E. traduzem hoje mais fielmente do que antes a dimensão esmagadoramente camponesa da agricultura portuguesa.

Segundo Francisco C. Cordovil, do milhão e seiscentas e tal mil pessoas total ou parcialmente afectas ao trabalho dos campos em 1978, apenas 224.000, isto é, cerca de 14% estavam ainda submetidas permanentemente ao regime assalariado. A natureza familiar da exploração agrícola continua a ressaltar nitidamente do quadro corrigido das Unidades de Trabalho Agrícola prestadas em 1978, elaborado por Cordovil, que apenas afecta 20% ao trabalho assalariado, o que ainda é capaz de ser exagerado. Finalmente, partindo do princípio, que parece legítimo, de o número de chefes de exploração não ter aumentado desde 1970, andando à volta de 350.000, resulta que perto de 60% das U.T.A. prestadas em 1978 provinham do trabalho familiar não-remunerado directamente.

Acresce que as explorações patronais, para além do rude golpe sofrido com a reforma agrária alentejana, não devem representar hoje mais de 10% do total das explorações agrícolas, embora possa haver movimentos temporariamente contrários ao declínio da forma de exploração patronal nos campos (um exemplo actual desta contra-tendência é a agricultura de estufa no Algarve, empregando sobretudo força de trabalho assalariada feminina em proveniência do Alentejo). Segundo Cordovil, as explorações capitalistas, que ele avalia acima do que eu consideraria capitalista, não são responsáveis por mais de 10% do PAB ⁽⁹⁾. Se por pequena agricultura se entender pois, como julgo que deve ser, agricultura camponesa, então podemos dizer que, hoje em Portugal, esta coincide quase totalmente com a agricultura *tout-court*, e portanto que o destino de uma é o destino da outra.

Há, porém, autores que não gostam da expressão — agricultura camponesa. Os marxistas, particularmente os da velha escola, têm extrema dificuldade em medir-se com o campesinato como classe: *the awkward class*, na expressão de Shanin; «hieroglifo impenetrável para as mentes civilizadas», na frase simultaneamente cortante e inquietante de Marx. Embora a questão seja do maior interesse para a sociologia do conhecimento, não é esta a melhor altura para a aprofundar. Bastar-me-á dizer, de momento, que a substituição terminológica de

(9) Francisco Cabral Cordovil, *Estrutura das Explorações Agrícolas: o produto agrícola bruto como instrumento de análise e determinação* — Ensaio para 1968-1970, CEEA — FCG, Oeiras, 1979.

exploração camponesa por exploração familiar pouco altera a natureza e as dificuldades do objecto em análise.

É certo que dispomos de indicadores, tanto quantitativos como qualitativos, que nos permitem estabelecer distinções úteis entre a exploração familiar camponesa e a exploração familiar post-camponesa, a distinção que os anglo-saxões fazem entre *peasant* e *farmer* ou os franceses entre *paysan* e *agriculteur*. Despidas as expressões dos seus valores emblemáticos, os indicadores objectivos quanto às suas diferenças passam pela dimensão económica (não propriamente o volume, mas o maior ou menor grau de orientação e de inserção comerciais, embora a este nível se possam constatar situações extremamente falaciosas como as de camponeses paupérrimos do «Terceiro Mundo» virados a 100% ou quase para o mercado...), e passam também pelas dimensões sociais e culturais, muito particularmente, segundo Tepicht, pelo maior ou menor grau de colectivismo interno do grupo doméstico e pelas estratégias, com aquelas relacionadas, relativas às jovens gerações e aos diferentes sexos.

Ora, na falta de estudos aprofundados neste campo, a hipótese que me parece mais verosímil é que, de algum modo, a etapa post-camponesa da exploração familiar está altamente prejudicada entre nós pelo facto de as dimensões social e cultural de transformação do campesinato se terem, por assim dizer, antecipado à dimensão económica. O mais provável é que a maioria dos *camponeses*, antes de deixarem de o ser, transformando-se em *agricultores*, deixem completamente, ou parcialmente, a agricultura para se transformarem em assalariados da indústria, do comércio ou dos serviços, os mais pobres, ou em pequenos empresários e comerciantes, os mais ricos.

A melhor prova disso está de novo, quanto a nós, na baixíssima taxa de FBCF na agricultura, em simultâneo com um volume crescente de poupanças entesouradas e/ou investidas na educação e promoção social da nova geração, em suma, poupanças igualmente subtraídas à agricultura e deliberadamente apostadas, a curto-médio prazo, na saída da mesma agricultura. Nada disto é estranho aos leitores de Tchayanov, nem incompatível com o seu modelo heurístico de funcionamento da exploração agrícola familiar, tendo em conta a evolução das condições gerais de inserção do campesinato numa sociedade como a portuguesa — uma sociedade que, por seu turno, só é como é devido à sua profunda marca camponesa, a par da extroversão histórica das suas estruturas económicas e sociais: «Um banco e uma granja», como dizia Oliveira Martins...

...Uma sociedade como a portuguesa. Com efeito, raciocinei até aqui deliberadamente em termos do que chamei o modelo euro-ocidental; e, como disse, não apenas em termos geo-políticos, mas essencialmente em termos, perdoe-se o palavão, eco-sociais. É certo, porém, que podemos *for the sake of argument*, colocar-nos na perspectiva alternativa. A alternativa ao modelo gizado gira sempre em torno de dois vectores, aliás artificialmente unidos por alguns comentadores, a saber, a auto-suficiência alimentar e o papel do sector agrícola no crescimento económico nacional. Já atrás disse da incompatibilidade deste último ponto de vista com a ética dos estudos camponeses e, sobretudo, com a economia moral do campesinato⁽¹⁰⁾; tal ponto de vista, como disse, apenas tem que ver com a economia política, sem moral nenhuma.

Como em tal perspectiva as pessoas, para lá das vénias populistas, não interessam epistemologicamente para nada, comecemos por lembrar que os processos de *policy and decision making* relativos à agricultura portuguesa têm hoje por matéria uma massa de valores que, segundo toda a probabilidade, representará qualquer coisa como um oitavo ou um nono do produto económico nacional. Considerando geralmente a F.A.O. que um crescimento anual do PAB da ordem dos 3% é uma aposta optimista, levaríamos na melhor das hipóteses 25 a 30 anos a duplicar o mesmo PAB, com uma incidência total máxima da ordem dos 10% ao nível do crescimento do PNB daqui até ao princípio do século XXI. Se o crescimento económico português não tiver, até lá, alavancas mais potentes, mais vale falar de estagnação do que de crescimento...

A produtividade do sector agrícola português comparada com a dos outros sectores económicos do país alinha-se — surpresa? — pelo modelo euro-ocidental: com cerca de 25 a 30% da população activa e 12 a 15% do PIB, a agricultura portuguesa apresenta uma produtividade igual a metade da produtividade global do sistema económico nacional e encontra-se exactamente onde se encontrava a agricultura francesa há perto de 30 anos. Só que não estamos em 1950 ou em 1955. Descartando o facto, devidamente assinalado por K. Vergopoulos, de ter pouco sentido falar da produtividade agrícola em termos de valor de mercado, muita água passou no país por debaixo das pontes desde 1950: a emigração e a chamada agricultura a tempo parcial, mais do que indicadores macro-económicos, são a parte visível de um *ice-berg* de transforma-

(10) James C. Scott, *The moral economy of the peasant: Rebellion and subsistence in South-East Asia*, New Haven/Londres, 1976.

ções camponesas e societais, umas em relação com as outras, que importa analisar.

Já atrás demos um la-mi-ré a respeito dos custos, que os *policy makers* podem estimar, de uma política de subsídios à exploração familiar de tipo francês, desde a compra de terras à mecanização *à outrance*. Não insistamos, pois, neste aspecto, tanto mais que, do modelo societal francês, apenas se pretende imitar o ideal da auto-suficiência alimentar, sem se terem em conta as motivações geo-políticas e as possibilidades ecológicas de tal estratégia e que estão por detrás da invulgar taxa de auto-abastecimento alimentar que caracteriza a França. Motivações e possibilidades que não se vê como compensariam os custos da operação entre nós.

Pode, sim, conceber-se a minimização dos custos — do «peso morto», se assim me posso exprimir provocatoriamente — que a agricultura representa já para a chamada economia nacional. Foi essa, ainda que balbuciante e informuladamente, a estratégia de alguns dos governos provisórios do ano 75. Não se vê, porém, como é que tal minimização possa resolver a quadratura do círculo que representa o auto-abastecimento alimentar do país a preços baixos, compatíveis com os níveis de vida urbanos, e a satisfação das aspirações naturalmente crescentes da população agrícola. Ou uma coisa, ou outra.

O próprio regime político democrático é inadequado — o que, na minha opinião, é uma virtude e não um defeito — à conciliação daqueles dois objectivos. Foi isso mesmo que já se verificou no ano 75, quando os campos forneceram apoio ao movimento de inflexão da política dos governos de então. Com efeito, é fácil de ver que os camponeses que, há anos, votaram já com os pés contra a miséria, emigrando em massa, não vão deixar agora de utilizar a urna eleitoral para promover, ou pelo menos defender, os seus interesses. Assim, um modelo de crescimento económico baseado numa crescente transferência de valor do sector agrícola para os outros sectores económicos não só me parece pouco viável, do ponto de vista da dimensão e da estrutura do dito sector agrícola, como me parece, além disso, contraditório, para não dizer incompatível, com o modelo societal subjacente ao regime político da democracia representativa.

Resta a linha de menor resistência. Isto é, deixar correr o marfim: abandonar os custos da modernização e a selecção das explorações à dinâmica social em curso, marginalizando os marginais e viabilizando os viáveis, como já sucede todos os dias sob os nossos olhos sem estremeções de maior. As segmentações e diferenciações sociais no seio do campesinato exprimir-se-ão tanto ou mais do que em termos de classe, isto

é, de conflito, em termos regionais e geracionais, isto é, em termos de exclusão/integração, como também já sucede todos os dias.

O mercado, inclusivamente o mercado internacional, irá continuando a modelar a orientação da produção comercializada, continuando a evolução do perfil da procura urbana a determinar, como até aqui, grande parte das especializações (as «especulações», como tão bem dizem os franceses), designadamente a transformação do vegetal em animal, o que não exclui, antes supõe, soluços, arrepios e saltos no caminho. Não se vê, porém, no enquadramento mencionado, como se poderá obviar, dada a elasticidade da oferta, ao abandono, por exemplo, tanto do vegetal como do animal em favor do florestal, ou simplesmente do arbustivo, se estas forem porventura as mais rendosas das especulações, tendo em conta os custos em trabalho.

Neste sentido, também, a convergência objectiva de interesses entre uma industrialização (inclusive de serviços como o turismo) mais extrovertida do que introvertida, cuja identificação com a direita política parece de momento pacífica, e um campesinato virado, por definição, para a maximização das oportunidades oferecidas pelo mercado em função da balança trabalho-rendimento familiar, é flagrante. Tal convergência parece excluir, simultaneamente, grandes ilusões quanto à abertura de graves conflitos no seio da classe dos agricultores e grandes hipóteses de fractura radical no seio da aliança entre o campesinato e a burguesia extrovertida.

O que resta, então, àqueles que vêem tal orientação com olhos críticos? Em meu entender, não é propor modelos disfarçados de «acumulação primitiva socialista», nem muito menos de concentração horizontal forçada da agricultura. Compete-lhes, sim, recuperar modestamente as propostas do cooperativismo, sempre e mais uma vez à maneira de Tchayanov, de molde a minimizar, no âmbito de um processo de integração vertical em curso sob o estímulo dos próprios consumos urbanos mais elementares, a transferência de valor do sector agrícola para o exterior.

Perspectiva pouco exaltante? Talvez, mas a alternativa em que nos encontramos, ou pelo menos me encontro é simplesmente a de fornecer aos adeptos da linha de menor resistência algumas indicações úteis sobre as estratégias já em curso, sobre cuja dinâmica os *policy makers* actuarão os seus modestos e falíveis programas de desenvolvimento rural integrado, etc. Provavelmente, são essas indicações, embora parcas, que fazem com que os *policy makers* destes e doutros países nos continuem a pagar os nossos ordenados, embora parcos.